

Jornal do CRP-06

ano 4/número 22

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

abril de 1984

Da Palavra Aberta para a Saúde Mental

"Embora falasse, estava como muda. Há palavras que dão o poder, outras que deixam mais desamparadas, e dessa espécie são as palavras vulgares dos simples, a quem o Senhor não concedeu o saber de exprimir-se na língua universal da sabedoria e do poder."

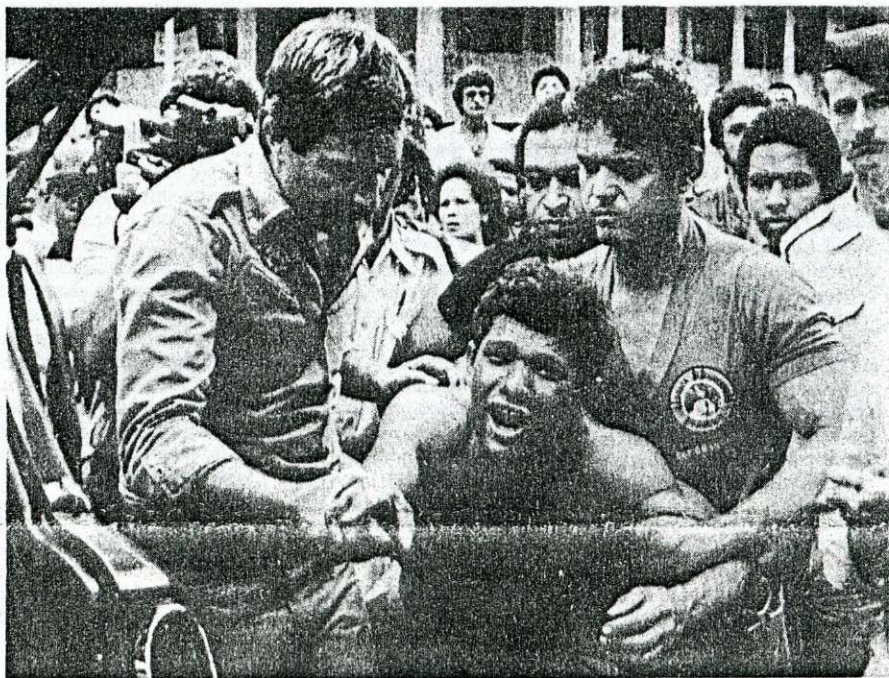
O fato

O desamparo desse rapaz, aos 26 anos... Por que teria ele escolhido a estátua? Seria pela semelhança da sua imobilidade, da sua mudez? Qual a sua denúncia, estéril aos ouvidos dos transeuntes? Quantos, como ele, não são ouvidos antes, dentro e depois do hospital psiquiátrico?

"Não quero ir para o hospital — lá só me dão drogas... Na prisão, me fizeram de mulher..." Além do desamparo, ao qual suas palavras o remeteram, o descaso de quem poderia, entre outros procedimentos, simplesmente ouvi-lo, dirigir-lhe a palavra.

A arbitrariedade da loucura conduziu-o ao seu isolamento da comunidade. A política da Saúde Mental destinou-o ao escândalo dos "juqueris". Ele e tantos outros, há muito, na pele, na voz, no olhar, na solidão e no desamparo, denunciavam a ineficácia do atendimento hospitalocêntrico e tudo o que este implica. Mas Gilberto tornou-se "público" quando outros lhe deram a "chance" de uma primeira página em jornal de grande circulação.

Entretanto, que é do silêncio, que é do destino daqueles 17.000 anônimos?



Fotos: cortesia de Folha de S. Paulo



O Governo

O atual Governo priorizou a Saúde Pública em seu plano de administração do Estado. Conforme o sr. diretor do Departamento Técnico Normativo, em declaração ao "Jornal da Saúde" (Secretaria da Saúde — Jan. 84), a Saúde teve aumento em sua dotação orçamentária. A verba destinada a ela é de Cr\$ 192.737.838.000,00. Isto significa "uma mudança radical da política do Governo no sentido de reverter uma tendência orçamentária antiga, que diminuía crescentemente as verbas destinadas à Saúde Pública. Para efeito de comparação, no orçamento de 1983, a verba destinada à Saúde compreendia um percentual de 2,7 do orçamento do Estado. Este ano, a verba prevista significa 4,04% do total. A Coordenadoria de Saúde da Comunidade, órgão responsável

pela coordenação de toda a rede de Centros de Saúde do Estado, receberá 46,6% dos recursos. Em ordem decrescente, seguem-se a Coordenadoria de Saúde Mental, com 19%, e a Coordenadoria de Assistência Hospitalar, com 14,4%".

O atual Governo tem o poder de mudar a política de Saúde Mental, pois, além de ter destinado uma verba maior para a Saúde, possui um projeto que implanta equipes multiprofissionais (psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais) em centros de saúde e ambulatorios, desativando assim a cronificação dos pacientes em hospitais psiquiátricos.

O atual Governo conta com o apoio das entidades dos profissionais da Saúde, conforme os vários eventos promovidos por aquelas, tais como os debates sobre o Juqueri e a mesa-redonda na Assembleia Legislativa, promovida pela Comissão Pró-Projeto de Equipes Multiprofissionais de Saúde Mental em Saúde Pública, da qual faz parte este CRP-06 e o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, entre outras.

O atual Governo também se indignou com a realidade dos "doentes mentais" do Juqueri e deve por isso, ainda este mês, agilizar a implantação dessas equipes, além de prover outros recursos para uma mudança da atual situação dos hospitais psiquiátricos no Estado.

O psicólogo

O psicólogo, através deste Conselho, tem podido acompanhar, co-

brar, entre outros assuntos pertinentes à Saúde, a abertura de concurso e a criação de 91 cargos para psicólogos, decorrentes da implantação do projeto acima referido.

A atual gestão tem, através da Comissão de Saúde, participado de eventos, tais como o Movimento Pró-Ambulatório do Jaçanã, Fórum de Saúde Mental das Entidades da Saúde (leia documento a respeito nesta mesma edição), debates sobre o "doente mental" e o Juqueri, entre outros.

A atual gestão promoveu, no dia 22 de março último, a mesa-redonda sobre "A Atual Política de Saúde Mental em Saúde Pública", na Assembleia Legislativa, a qual reuniu autoridades e políticos ligados à Saúde, com o intuito de apressar a liberação da verba necessária para a efetivação das equipes multiprofissionais em centros de saúde e ambulatorios. O psicólogo, através deste CRP-06, sabe que, ao lado da ação direcionada para uma nova política de Saúde Mental, há que se mudar a mentalidade da população no que concerne ao "doente mental". Sabe, também, que o seu trabalho em equipes de Saúde Mental requer a revisão de uma postura profissional, seja através da necessidade de revisão de conceitos, seja através da busca de novas formas de tratamento.

Os profissionais da Saúde Mental sabem que é imperativo ACORDAR e que "acordar não é de dentro. Acordar é ter saída. Acordar é reacordar-se ao que em torno de nós gira".

Carta aberta a quem de direito

SE OS GOVERNOS, PSIQUIATRAS, PSICÓLOGOS, ASSISTENTES SOCIAIS TÊM O VEREDICTO DA SOCIEDADE, O LOUCO NÃO TEM.

O louco não tem o veredicto da sociedade. O Governo, o psiquiatra, o assistente social, sim. A estes cabe o poder do diagnóstico. Mas quantas supostas patologias são meras classificações, que vagueiam na complexidade da dinâmica do inconsciente e das verdadeiras

razões da loucura. Resultado: o "louco", o desadaptado social, não são ouvidos. Eles sofrem de tanto enquadramento...

E, portanto, legítimo que sua concepção de realidade seja ouvida. Ela expressa o caráter social do qual a loucura é um dos sintomas. Cabe ao profissional de saúde levantar questões como essa. Não para fazer disso mero objeto de estudo científico, mas para direcionar sua modalidade de tratamento.

O indivíduo, se "louco", precisa do sedativo de sua doença como libertação e construção de vida. Para tratá-lo, importa pois acordá-lo dessa contradição.

Esse instante, em que se abre um novo espaço político, é decisivo. Quantas já não são as idéias inovadoras e análises críticas da antipsiquiatria, psicanálise, contracultura, teatro, poesia e dos movimentos de vanguarda e alternativos. O trabalho proposto em equipes mul-

tiprofissionais será também, para os próprios profissionais, um abrir de olhos ao longo pesadelo, onde se está mergulhado, a fim de que passe a desvendar o quanto são alienantes e conciliatórias as "soluções" de compromisso entre as leis, costumes normativos e as contraregras.

Reconhecer as verdades da loucura, no lugar de encarcerá-las, tratar da saúde, da saúde de cada um e de todos — é a Saúde Pública.

Ana Maria Poppovic

Em início de 1976 foi lançada em bancas de jornais de todo o País uma coleção em fascículos intitulada "EGO", editada pela Abril Cultural, que continha matérias de divulgação cultural na área da psicologia. Uma denúncia feita nessa época levou o CRP-06 a instaurar processo ético-disciplinar contra a Profa. Ana Maria Poppovic, que era consultora contratada pela Abril Cultural para examinar a exatidão das traduções e para a adaptação de textos e testes publicados naquela coleção, já que a denúncia afirmava que a publicação divulgava técnicas privativas dos psicólogos entre leigos.

O processo ético-disciplinar então efetivado concluiu pela decisão de aplicar à Profa. Ana Maria Poppovic a pena de advertência em caráter reservado. A Profa. Ana Maria Poppovic preferiu desprezar o recurso ao Conselho Federal e ingressou com uma ação perante a justiça federal, onde se sagrou vitoriosa em todas as instâncias.

A decisão judicial definitiva declarou, pois, a nulidade da punição aplicada à Profa. Ana Maria Poppovic pelo CRP-06, conforme segue o transcrito das fls. 7, 8 e 9 do Proc. n.º 122/76 - Ação Ordinária.

"A denunciada não cedeu, não emprestou e não vendeu técnicas psicológicas, demonstrada como ficou a improcedência da denúncia, em face da função específica da autora, na qualidade de revisora das traduções de textos publicados na revista "EGO".

A denúncia original cujo conteúdo ficou pulverizado no processo, tornou-se imprestável...

A autora sofreu a pena por um fato que não poderia ser-lhe imputado. Não era responsável pela publicação da revista, limitado como estava seu trabalho a revisora de tradução. Eis o fundamento crucial ignorado pela decisão administrativa.

A defesa exaustiva apresentada pela denunciada ao Presidente da Comissão de Ética, doc. 91/92, demonstra acreditar que o mal entendido tenha surgido a partir da propaganda feita por Abril S.A. Cultural, porém, as dúvidas surgidas ficaram dirimidas.

Isto posto, julgo procedente a ação contra o Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região, e anulo o ato administrativo punitivo, isto é, a pena de advertência. Condono também o réu a pagar perdas e danos que serão apurados...

Esta publicação responde a determinação efetuada na sentença de reparar os danos morais resultantes do processo e corresponde, ao mesmo tempo, ao anseio deste CRP-06 de preservar a dignidade profissional do psicólogo em toda a complexidade de sua atuação profissional.

São Paulo, 15 de março de 1984.
Comissão de Ética

Magistério de 2º Grau: perspectiva de trabalho para psicólogos com licenciatura?

No segundo semestre de 1983, foram realizadas reuniões em todas as unidades escolares da Rede Pública de Ensino, com a finalidade de propor reformas curriculares nos cursos regulares de 2.º grau, que pudessem melhor atender aos interesses da melhor formação geral do aluno.

Como resultado dessas reuniões, foram incluídas disciplinas que visam uma formação mais humanista do aluno, em contraposição a tendência dominante até então, que propunha uma formação semiprofissionalizante, sem jamais, no entanto, ter atingido tal objetivo. Entre estas disciplinas, encontram-se a Filosofia, a Sociologia e a Psicologia, que passarão a existir de fato a partir do ano letivo de 1985. Apesar deste fato constituir uma

grata promessa para todos aqueles que se interessam pela Educação, e por aqueles que buscam um espaço no saturado mercado de trabalho, como é o caso dos psicólogos, é urgente que a categoria saiba consolidar e ampliar esta oportunidade que surge.

Os psicólogos possuem seus diplomas de Licenciatura e, como os títulos eleitorais (haja vista a Emenda Dante de Oliveira), não podem usá-los. Como outras categorias que lutam pela melhoria do padrão do ensino público, os psicólogos tem o maior interesse em que essas disciplinas se insiram de forma definitiva e obrigatória no currículo do 2.º grau. Isto porém jamais ocorrerá se não houver articulação e união.

A APEOESP (Associação dos Professores de En-

sino Oficial do Estado de São Paulo) promoverá um Encontro Estadual de Docentes de Filosofia, Sociologia e Psicologia, no qual se pretende definir as linhas gerais destas matérias no currículo do 2.º grau; o porquê da inclusão da Psicologia; que objetivos e conteúdos curriculares devem ser desenvolvidos com os alunos; qual a formação e habilitação necessárias para os professores dessa disciplina e quais os critérios que regerão a escolha e atribuição das aulas. Questões como estas constituem o centro do temário deste Encontro, que pretende tirar propostas concretas de cada categoria, bem como reivindicações que sejam comuns, para encaminhamento às autoridades educacionais. Estão autorizadas também sendo convidadas a participar do Encontro.

Conforme ficou definido em reunião realizada em 27 de março último, entre as entidades representativas das três categorias (os psicólogos foram representados pelo CRP-06 e Sindicato) e a APEOESP, cada uma delas deverá preparar antecipadamente as suas propostas básicas, para que sejam debatidas no Encontro.

O CRP-06 está pedindo a manifestação dos psicólogos sobre este assunto, já que deseja ser um porta-voz fiel da categoria, como entidade representativa que é dos psicólogos. No dia 11 de maio, às 20h, será realizada na sede do CRP-06 um Encontro Preparatório, no qual se pretende, além do levantamento das propostas ao Encontro Estadual, também formar uma comissão para participar de sua organização.

Aqueles que residem no Interior e desejam participar, devem articular-se nas Delegacias do CRP-06, para envio de representantes e/ou relatos escritos, que traduzam as propostas levantadas na região. Estes relatos devem ser encaminhados com a necessária antecedência, para que possam ser incluídos na pauta da reunião de 11 de maio.

Na próxima edição do "Jornal do CRP-06", a Comissão de Ensino pretende fornecer maiores detalhes sobre o Encontro Estadual e sobre esta reunião preparatória programada para 11 de maio, às 20h.

ÉTICA CUMPRINDO A PLATAFORMA DA "PALAVRA ABERTA"

Discussão para reformular Código de Ética já iniciada

"Rever, diante dos novos desafios profissionais, o Código de Ética; por um lado tomando o CRP como órgão de apoio ao Psicólogo no seu papel de agente de mudança nas instituições, zelando pela sua integridade profissional e, por outro lado, tomando uma posição vigorosa na fiscalização e denúncia do uso de métodos e técnicas psicológicas quando ferem a dignidade humana."

Após alguns meses, durante os quais a Comissão Permanente de Ética estudou e pôs em prática o Novo Código de Processoamento para o devido andamento, e o encerramento dos vários processos éticos, instaurados ainda na gestão passada; após ter convidado alguns psicólogos para participarem das

munhas, denunciantes e denunciados), pois, de acordo com aquele Código, um membro da Comissão Permanente de Ética e dois psicólogos constituem a Comissão de Instrução dos Processos, a Comissão de Ética dirige agora suas forças para a necessária discussão do Código de Ética, tendo para isso, num primeiro momento, convidado cerca de 50 profissionais que atuam como professores de Ética, Supervisores, antigos conselheiros da Comissão e outros profissionais das diversas áreas de atuação do psicólogo, para juntamente com eles encontrar as formas de encaminhamento para uma discussão mais ampla.

A primeira reunião, realizada em 3 de abril último, compareceram 18 psicólogos e vários pontos e

estratégias foram sugeridos, os quais serão discutidos na próxima reunião, em 2 de maio. Dessa primeira reunião saiu também uma Comissão, formada entre os presentes, para a coordenação dos debates e dos contatos e para informações sobre o andamento de tal revisão.

Foram apresentados os itens propostos pelo Conselho Federal de Psicologia e, entre outros pontos levantados, alguns referiram-se à identidade profissional, falta técnica e falta ética, função do Código, julgamento e denúncia, laudo psicológico etc.

A valiosa participação sentida nessa primeira reunião garantirá os subsídios para um Código de Ética mais atualizado e mais condizente com as diversas atuações dos psicólogos.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

Conselheiros: Alvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marques Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Denílza Pêrola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Sollero Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romero, Maria Rosa Cavazzani, Marilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elizabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, Nanci Bühner Letait, Nancy Ramacciotti de Oliveira Santos, Selma de Souza Bastos, Silvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacifico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Vânia Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - Fone (011) 212-8111. **Delegacias - Assis:** Rua Marechal Deodoro, 123, conj. 11 (Conjunto Marechal) - **Baur:** Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8.º andar, conj. 808 - Fone (0142) 22-3384 - **Campinas:** Av. Dr. Moraes Sales, 1.212, 2.º andar, sala 22 - Fone (0192) 32-5397 - **Campo Grande:** Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 - Fone (067) 382-4801 - **Cuiabá:** Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 - Fone (065) 322-6902 - **Lorena:** Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - **Ribeirão Preto:** Rua Cerqueira César, 481, 3.º andar - Fone (016) 636-9021 - **Santos:** Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53 - Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional, publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região. **Comissão de Divulgação:** Sueli Duarte Pacifico e Maria Rosa Cavazzani. **Editor:** Elisiário E. do Couto (MTb 8.226). **Redação:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. **Composição, fotolitos e impressão:** DCI - Indústria Gráfica S.A. **Tiragem:** 17.000 exemplares.

Delegacia de Campinas cria nove Comissões

A Delegacia do CRP-06 em Campinas, criada nos últimos meses de 1983, implantou nove Comissões (Ética, Hospitais Gerais, Hospitais Psiquiátricos, Psicologia Social, Deficiências, Ensino, Clínica, Psicologia Escolar e Organizações) e está mobilizando os profissionais da região para sua efetiva organização e preparação de programas de ação.

A criação destas comissões ocorreu em reunião convocada pela Delegacia de Campinas em 17 de janeiro último. Após duas outras reuniões, em 17 de fevereiro e 17 de março, já era possível notar os primeiros resultados práticos, segundo o relato do psicólogo Hélio José Guilhaardi, Delegado do CRP-06 em Campinas.

A Comissão de Ética, constituída por três psicólogos, já esteve reunida, em São Paulo, com a Comissão de Ética do CRP-06 e está colocando, como objetivo, seis pontos: (1) reformular os programas de Ética de seus respectivos cursos; (2) assessorar outras comissões sobre temas éticos; (3) participar de outras reuniões com a Comissão Permanente do CRP-06; (4) promover de-

bates em torno do Código de Ética e coletar dados a respeito; (5) analisar os problemas éticos que possam ser resolvidos em nível de Delegacia e encaminhar os mais problemáticos para a Comissão Permanente; e (6) participar, por convite, de alguns processos éticos com a Comissão Permanente. Esta Comissão tem manifestado seu interesse em participar da reformulação do atual Código de Ética. Esta Comissão tem como coordenadora...

A Comissão de Hospitais, coordenada por Silvana Nucci, colocou como objetivos a localização de profissionais com atuação em Hospitais e Centros de Saúde e daqueles que, embora não trabalhando nas instituições desse tipo, atuam sistematicamente com médicos ou hospitais. A Comissão pretende manter contato regular com a Sociedade de Medicina de Campinas e programar um simpósio para o final deste ano.

A Comissão de Deficiências, coordenada por Regina Maria de Souza, coloca como seus objetivos: (1) identificar, catalogar e contatar os profissionais

da área, inclusive através do "Jornal do CRP-06"; (2) entrar em contato com os setores de Psicologia Escolar nas Universidades, investigando a existência de grupos de supervisão e/ou disciplinas ligadas ao tema, tentando vincular, por campo de estágio, a Instituição à Universidade; (3) promover encontros periódicos com estes profissionais, para o levantamento de funções, necessidades ou dificuldades no exercício destas funções, e, finalmente, (4) levantar as instituições que trabalham com deficientes e não possuem psicólogos, analisando as causas desta situação.

As demais comissões estão sendo ampliadas através de contatos pessoais, cadastramento e levantamento das necessidades dos profissionais. Seus coordenadores são: Agui-naldo A. Neri (Organizações, Raquel Souza Lobo Guzzo (Psicologia Escolar), Ângela Renones Garcia de Vives (Psicologia Social), Paulo Roberto Bianchesi (Hospitais Psiquiátricos), Miriam Hoff (Ensino) e Vera Cury (Clínica), que devem ser procurados pelos psicólogos interessados.

Projeto estabelece Salário Mínimo Profissional

A luta pela obtenção do salário mínimo profissional encontrou um aliado inesperado na Câmara dos Deputados. O deputado Octacílio de Almeida apresentou, em 8 de novembro do ano passado, o projeto de lei n.º 2.639/83, que dispõe sobre a remuneração mínima de profissionais diplomados em Psicologia.

Este salário mínimo - a menor remuneração permitida por lei por serviços profissionais prestados por psicólogos com relação de emprego, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado - é fixado, na proposta do deputado, em seis vezes o valor do salário mínimo das regiões em que exercem a profissão. A duração normal do trabalho não poderá ser superior a quatro horas diárias, perfazendo vinte horas semanais. O projeto ainda prevê um repouso de dez minutos para cada cinquenta minutos de trabalho e o acréscimo de, no máximo, duas horas suplementares diárias, mediante acordo escrito e remuneração com

25% de acréscimo em relação à hora normal. O trabalho noturno também sofrerá um acréscimo de pelo menos 20% em relação à hora diurna.

Em sua justificativa, o deputado lembra que outras profissões, como os médicos, cirurgiões dentistas, engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários, entre outras, já conquistaram a remuneração mínima. Os psicólogos, no entanto, até hoje continuam desamparados pela legislação e submetidos a um regime de trabalho não condizente com sua estafante profissão.

Diz, em certo ponto: "Trabalham eles com a mente humana, com o comportamento do ser humano, exercendo, pois, as suas atividades profissionais sob um clima de grande tensão emocional e até física, principalmente porque envolvem enormes responsabilidades. Cada cliente apresenta um quadro distinto e pessoal."

O projeto não teve origem entre os psicólogos, pelo menos os de São Paulo. No entanto, está sendo em princípio encarado positivamente. Em consequência já foram realizados contatos com o autor do projeto.

II Encontro analisa Saúde Mental na Zona Leste de S. Paulo

Com a participação de representantes de 61 entidades, entre elas o CRP-06, foi realizado, em 4 de abril último, o II Encontro de Saúde Mental da Zona Leste. Entre seus objetivos estava a apresentação e discussão do documento de caracterização da reali-

dade da Saúde Mental na Zona Leste, preparado por uma comissão formada no I Encontro (realizado em novembro de 1983); a integração dos serviços que desenvolvem ações de Saúde Mental na região e o levantamento de propostas e formas de encami-

nhamento das reivindicações.

O Encontro contou com a colaboração dos dirigentes da Divisão de Promoção Social-Leste, Divisão de Ambulatórios da Coordenadoria de Saúde Mental e do Departamento de Saúde da Comunidade da

Prefeitura de São Paulo, entre outras entidades públicas e particulares envolvidas com o problema.

Este documento, apresentado por ocasião do II Encontro, será distribuído pelos organizadores aos profissionais interessados e antecederá a realização

SEXUALIDADE E DOENÇA - Este curso, promovido pelo Serviço de Psicologia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, será realizado nos dias 9, 16, 23 e 30 de maio próximo, às 20 horas, no Centro de Convenções Rebouças (Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 23). As inscrições poderão ser feitas, das 9 às 17 horas, no Instituto do Coração (Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 44 - 6.º andar) até 9 de maio, mediante o pagamento de taxa de 20 mil cruzeiros para estudantes e 25 mil, para profissionais. O programa inclui: Aspectos Sociais e Políticos da Sexualidade e Desenvolvimento da Sexualidade Infantil (no dia 9 de maio); Dilemas Sexuais do Adolescente e Iniciação Sexual Precoce (no dia 16); Drogas, Fármacos e Comportamento Sexual e Difusão do Erotismo (no dia 23) e, finalmente, Influência da Idade e Doenças no Desempenho Sexual e Frustrações, Disfunções e Orientações (no dia 30 de maio).

GRUPOS DE ESTUDO DE PSICOLOGIA ANALÍTICA - Alunos de Psicologia e de Medicina, psiquiatras, psicólogos e profissionais de outras carreiras afins estão sendo convidados a integrar Grupos de Estudo para aprofundamento ou iniciação nas teorias e técnicas da Psicologia Analítica, criada por C.G. Jung. O objetivo é fazer com que os participantes aprendam, discutam e reflitam sobre as teorias Junguianas. Os grupos terão no máximo 10 participantes e os encontros serão semanais, com 1,30 hora de duração, durante 15 semanas, sob a coordenação da psicóloga Suely M. Najjar Murdocco. Informações e inscrições no local do curso (Rua Benedito Lapin, 57, Itaim) ou pelo telefone (011) 883-0619, em São Paulo.

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO PIAGETIANA E II CONGRESSO BRASILEIRO PIAGETIANO - Estes dois congressos, previstos para o Rio de Janeiro no período de 22 a 27 de julho, contarão com a presença de conferencistas e participantes provenientes de diversos países europeus, da América Latina e dos Estados Unidos, entre eles Barbel Inhelder, principal colaboradora de Jean Piaget, quando vivo. Os dois congressos são promovidos pelo Centro Experimental e Educacional Jean Piaget, do Rio de Janeiro e incluem conferências em plenário, simpósios, cursos, atividades sociais e comunicações. Informações adicionais devem ser solicitadas ao promotor do encontro (Travessa Madre Jacinta, 18 - Gávea, CEP 22451, Rio de Janeiro) ou pelos telefones (021) 274-9345 ou 294-4538.

Anote...

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA - Promovido pelo CEDAS - Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração de Saúde - será iniciado, em 26 de abril próximo, com 45 vagas, este curso destinado a profissionais voltados para as áreas de Saúde Pública; Educação em Saúde na escola, centro de saúde ou hospital; e trabalho comunitário. Através de técnicas de dinâmica de grupo, grupos operativos, projeções de filmes, debates e seminários com especialistas na área de educação e saúde, pretende-se formar um profissional capaz de conhecer a realidade da população e da instituição na qual trabalha. A carga horária é de 600 horas, distribuídas em 10 meses. Informações e inscrições no CEDAS, Rua Barão do Bananal, 1.111 (atrás do Hospital São Camilo) ou pelo telefone (011) 864-2199, em São Paulo.

VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ANÁLISE TRANSACIONAL - Durante os dias 13 a 19 de maio próximo, A União Nacional de Associações de Análise Transacional (UNA-AT) estará promovendo o VII Congresso Brasileiro de Análise Transacional, no Maktoud Plaza Hotel, em São Paulo. Além de retomar e avaliar os temas discutidos em congressos anteriores, a iniciativa - através de trocas de experiências e de apresentação de trabalhos - objetiva incentivar, atualizar e difundir idéias, informações e técnicas referentes à Análise Transacional.

O VII Congresso reunirá psicólogos, psiquiatras, educadores, assistentes sociais e profissionais da área de Recursos Humanos de empresas. O evento incluirá, entre outras, as seguintes atividades: painéis, debates, mesas-redondas, laboratórios e apresentação de trabalho. Maiores informações podem ser obtidas na Rua Tupi, 841, em São Paulo, ou pelos telefones (011) 66-0146 ou 67-5968.

CONGRESSO INTERNACIONAL E BRASILEIRO DE DIREITO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - Organizada pela "Asociación Iberoamericana de Derecho del Trabajo", será realizado de 9 a 11 de maio próximo, em Foz do Iguaçu, no Paraná, este encontro, destinado a professores, entidades sindicais e empresaria-

riais, magistrados, advogados, economistas e especialistas em relações industriais. Seu objetivo é reunir estudos e informações de autoridades internacionais sobre os problemas relacionados com desemprego, trabalhadores migratórios (e sua proteção pelo Direito do Trabalho e Previdência Social), inflação e Direito do Trabalho. As taxas de inscrição para advogados, economistas e especialistas é de 80 mil cruzeiros (empresas, entidades e sindicatos, 150 mil cruzeiros) e devem ser feitas na DOC-Congressos Ltda., Rua Estados Unidos, 336, CEP 01427, São Paulo ou no próprio local do Congresso. Informações mais detalhadas devem ser solicitadas pelo telefone (011) 883-1422.

PSICONCOLOGIA UMA OPÇÃO INTEGRADORA - Este curso, ministrado pelo prof. José Schavelzon, Diretor da Assistência Psiconcológica em Buenos Aires, será realizado no Auditório do Instituto de Radioterapia Osvaldo Cruz, de 28 de maio a 1.º de junho próximo, das 19h30 às 22 horas. Ele é patrocinado pelo Centro de Estudos e Pesquisas "Instituto de Radioterapia Osvaldo Cruz", localizada na Rua João Julião, 331, em São Paulo. Informações mais detalhadas devem ser solicitadas a srta. Satiko, através do fone (011) 287-2166.

I ENCONTRO LATINO-AMERICANO HUMANÍSTICO-EXISTENCIAL - Tendo como convidado e presidente de Honra do Encontro o psiquiatra e neurologista Viktor Frankl, será realizado em Porto Alegre, de 27 de abril a 1.º de maio, nas dependências da PUC-RS este encontro de logoterapeutas. A reunião é dirigida especialmente a psicólogos, psiquiatras, filósofos e teólogos e está aberta também a outros profissionais e estudantes que se interessem pela pessoa humana. As inscrições custam 45 mil cruzeiros para profissionais liberais com mais de dois anos de formação; 25 mil, para professores e profissionais liberais com menos de dois anos de formação e, 15 mil para estudantes. Informações mais detalhadas e fichas de inscrição devem ser solicitadas ao Bureau de Congressos, Rua Santos Neto, 247 ou pelos telefones 32-2277 e 32-2361, em Porto Alegre (CEP 90000).

do III Encontro, ainda sem data definida.

Os principais pontos do documento apresentado e discutido na reunião de 4 de abril último serão apresentados na próxima edição do "Jornal do CRP-06".

CRP apóia política de saúde mental

O CRP-06, engajando-se no apoio a uma nova política de Saúde Mental para o Estado de São Paulo, assinou - junto com outras entidades de profissionais de Saúde

- o documento que é aqui transcrito. Este documento foi entregue ao Governador do Estado, em 23 de março último e está sendo divulgado para todos os profissionais de Saúde, bem como à população.

Posição sobre a Política de Saúde Mental do Estado

As entidades abaixo relacionadas vêm através de seus representantes tornar públicas suas posições a respeito da política de saúde mental do Estado e dos últimos incidentes veiculados pela imprensa.

Nossas entidades congregam profissionais de saúde ou de áreas próximas, que têm entre suas preocupações a saúde

mental da população. Temos tido notícias através dos meios de comunicação dos recentes incidentes que suscitaram grande discussão sobre a forma de atendimento dos indivíduos psiquiatrizados no Hospital do Juqueri.

Temos consciência de que a situação miserável e subumana a que foram le-

vados aqueles internados não é obra e resultado de uma administração de saúde mental que mal completa um ano de existência. A média daqueles infelizes tem 15 anos ou mais de internação e sua condição lamentável é fruto de longos anos de múltiplos erros e distorções no atendimento psiquiátrico entre nós. Como o Juqueri de São Paulo

existem numerosos exemplos no Brasil, como Barbacena em Minas Gerais, Tamarineira em Recife etc. etc. E essa situação não se verifica apenas em instituições públicas mas em numerosos estabelecimentos pertencentes à rede privada.

A interpretação mais simples que se pode fazer dessa situação é a de que a psiquiatria que se oferece ao pobre é como tudo o mais nessa sociedade que se oferece a grande parte dos trabalhadores responsáveis por sua riqueza: subemprego, favelas, arrocho salarial, empobrecimento progressivo, marginalização dos processos de tomada de decisão. Nessa linha de raciocínio a psiquiatria desumana dos doentes pobres é apenas um capítulo particular de uma situação global de graves erros e injustiças.

Ora, além da indiscutível necessidade de se sanar a situação dos Juqueris paulistas e nacionais é necessário que se trabalhe sobre as causas que a motivam. No aspecto mais amplo o que se pede é a democratização e a abertura real da vida política. No aspecto específico da saúde mental é a correção dos erros de longos anos de uma visão psiquiátrica hospitalocêntrica. Há muitos anos no mundo todo, e particularmente entre nós, se preconiza uma modificação radical dessa ótica. Basta lembrar que já em 1961 o Congresso Nacional aprovou um Código Nacional de Saúde que recomendava explicitamente o tratamento psiquiátrico fora dos hospitais. Que foi feito desse Código?

Como já ficou provado em outros países, e entre nós em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a internação psiquiátrica simplesmente não é a solução racional para o problema das doenças mentais. Seus efeitos são claramente cronicadores e essa política hospitalocêntrica é responsável pela manutenção das altas taxas de internação psiquiátrica. Sabemos todos que essa política, notadamente nos últimos vinte anos, transformou o atendimento nosocomial conveniado em mero procedimento empresarial lucrativo, onde o paciente passou a ser mercadoria e a prática psiquiátrica passou a andar a reboque do

interesse monetário. São inúmeros os dados, citados em muitos documentos até mesmo de segmentos do Governo que o demonstram, e seria ocioso repeti-los todos neste instante. Todos sabem por exemplo que os 4.000 pacientes atuais do Juqueri são remanescentes dos 18.000 que havia há poucos anos. Os demais foram simplesmente repassados para outros hospitais, em sua maioria pertencentes à iniciativa privada, onde continuam recebendo o mesmo atendimento subumano. (Em 1980 71,66% dos leitos psiquiátricos do Estado eram particulares.) Apenas mais um dado para se ter idéia da situação: em 1976, 97% da verba destinada para a assistência psiquiátrica pelo INPS era canalizada para os hospitais psiquiátricos conveniados.

Ora, um sistema de saúde mental que se baseie fundamentalmente em atenção hospitalar (nível terciário) torna-se muito caro, além de ser tecnicamente equivocado. Por outro lado, tende a se basear essencialmente no trabalho do profissional médico, deixando de incorporar adequadamente o trabalho de outros profissionais, como o psicólogo, o assistente social, o enfermeiro, o terapeuta ocupacional.

E muito clara a atual tendência da política de saúde mental para o Estado, incorporada no programa do Governo eleito democraticamente. Essencialmente se dirige a inverter a atual tendência hospitalocêntrica, visando a um atendimento mais adequado do paciente e a uma utilização mais racional dos recursos disponíveis. A preocupação se volta em primeiro plano para o atendimento primário, ao nível dos centros de saúde. Isso significa que a atenção ao paciente se aproximará do lugar onde os distúrbios começam a ocorrer e podem ser detectados e atendidos precocemente junto à comunidade. Os princípios básicos de regionalização, hierarquização dos níveis de atendimento e integração dos serviços são as linhas mestras do novo sistema. Nessa medida, com o crescimento dos meios disponíveis, aprimoramento técnico dos Centros de Saúde e melhor aparelhamento dos Ambulatórios,

o grau de resolutividade da rede de atendimento aumentará e a taxa de internações cairá, reservando-se paulatinamente os hospitais aos casos em que seja realmente necessária a internação (mesmo a duração desta será reduzida na medida em que se priorize o uso de próprios do Estado e se reorientar tecnicamente o atendimento).

Todos sabemos quão grandes são sempre as resistências opostas a quaisquer modificações. Quando então as alterações propostas terão como resultado uma diminuição do número de internações e consequentemente da taxa de lucros dos hospitais privados, as resistências serão naturalmente maiores. No próprio episódio que iniciou o atual movimento de opinião pública, o incidente do Juqueri, pode-se vislumbrar, como já foi amplamente salientado, o dedo desses interesses ameaçados.

Por essa razão, as entidades aqui representadas propõem-se a assumir uma postura de apoio e participação constantes, para não mais terem que se mover apenas episodicamente. Para tanto decidem organizar um Fórum de Debates dos problemas atinentes à Saúde Mental, que funcione regularmente junto aos segmentos do Governo responsáveis pela concretização da política acima delineada. Com isso aceitam o convite à participação efetuada durante a campanha eleitoral pelo atual Governo e propõem-se a atuar como um organismo da sociedade civil permanentemente atento para dar respaldo técnico e político, assessorar, fiscalizar e colaborar nos trabalhos de construção de um sistema de saúde mental adequado e correto. Sem compromissos administrativos pesando sobre ele, esse Fórum terá maior mobilidade para inclusive denunciar manobras que tendam a obstaculizar o desenvolvimento do programa. A existência mesmo desse Fórum é o testemunho mais claro do apoio responsável e consciente das entidades aqui representadas à atual política de saúde mental do Estado de São Paulo.

Documento aprovado pelos representantes das entidades presentes às reuniões dos dias 29.2 e 13.3.84.

SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE PESSOAL

Divulgação incompleta prejudica acordo

A divulgação parcial, no órgão de divulgação dos Técnicos de Administração, na Nota Conjunta assinada em 9 de novembro último, entre o CRP-06 e o Conselho Regional de Técnicos de Administração (CRTA) da 8.ª Região, continua provocando interpretações distorcidas por parte dos fiscais daquela entidade.

Este documento, publicado integralmente na edição de novembro do "Jornal do CRP-06", foi o resultado das gestões realizadas entre os dois Conselhos Profissionais e visava colocar um ponto final nas querelas sobre a competência profissional para a Seleção e Recrutamento de Pessoal. O texto final, após aprovado pelas direções das duas entidades e assinado por seus presidentes, deveria ser publicado, em sua forma total, pelos dois Conselhos Profissionais.

A Nota Conjunta deixa bem claro para as empresas e profissionais que se dedicam a Seleção e Recrutamento de Pessoal a questão do registro nas entidades fiscalizadoras da profissão. Quando esta atividade se utiliza basicamente de técnicas psicológicas, é caracterizadamente privativa dos psicólogos e sua fiscalização é feita exclusivamente pelo CRP. Por outro lado, quando a Seleção e Recrutamento de Pessoal utilizar-se de currículo, do ponto de vista da experiência profissional, torna-se campo de atuação do Técnico de Administração e, em consequência, fiscalizado pelo CRTA.

O mesmo acordo diz que, quando a utilização

de técnicas psicológicas, feita por psicólogos, como atividade secundária, a empresa deverá, além do registro no CRTA, também se cadastrar no CRP.

No mesmo texto, os dois Conselhos ainda sugerem aos profissionais envolvidos em Seleção e Recrutamento de Pessoal que, ao constituírem suas empresas, constem no Contrato Social o campo de atividade que irão desenvolver, o que definirá a exata vinculação com o Conselho Profissional correspondente.

No entanto, os problemas continuam-se sucedendo, provavelmente em função da divulgação incompleta do texto entre os

Técnicos de Administração. Os fiscais continuam agindo em total oposição ao estabelecido na Nota Conjunta e deixando os psicólogos apreensivos com o não-cumprimento do acordo.

O CRP-06 reitera sua posição, já expressa na Nota em Conjunto que divulgou amplamente entre a categoria e alerta às empresas e profissionais que se sentirem pressionados ou atingidos, que procurem imediatamente a sua sede ou uma das Delegacias. Cópias do documento assinado pelos dois Conselhos poderão ser fornecidas, para a eliminação de dúvidas de fiscais mal informados.

Não credenciados podem receber taxa de volta

Os psicólogos que tiveram seus pedidos de credenciamento indeferidos poderão solicitar ao CRP-06 a devolução da taxa de certidão (até dezembro de 1982 denominada taxa de expediente) que pagaram. Esta devolução não ocorrerá quanto o interessado tiver solicitado credencia-

mento em várias áreas e tiver sido atendido em parte delas.

Para receber a restituição, o psicólogo deverá dirigir-se, por escrito, ao CRP-06 fornecendo todas as informações necessárias inclusive datas do pedido e do ofício recebido em resposta.

Copersucar quer credenciar Institutos de Psicologia

O Departamento de Recrutamento e Seleção da Copersucar - Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo está interessado em credenciar Institutos de Psicologia nas cidades de Ribeirão Preto, Bauru, Jaú, São José do Rio Preto, Catanduva, Assis, Jaboticabal e Marília.

Nessas cidades, a Copersucar possui unidades industriais e comerciais e o interesse da empresa é a prestação de serviços em apoio às atividades de Recrutamento e Seleção de Pessoal. O endereço para contato é Rua Boa Vista, 280 - 4.º andar, em São Paulo (CEP 01014).